



POLÍCIA FEDERAL

LICI. PROJETO BÁSICO Nº 5446135/2018-SEPLAB/DPER/INC/DITEC/PF

Processo nº 08201.000080/2018-86

**PROJETO BÁSICO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NÃO CONTÍNUO**

DITEC/POLÍCIA FEDERAL

Nº/20...

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa/agência de turismo para disponibilizar serviços de hospedagem para os avaliadores da CGCRE/INMETRO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Valor máximo ou menor percentual de desconto
1	12 diárias no período de 26/02/2018 a 02/03/2018, sendo 4 diárias para cada um dos 3 avaliadores. Incluso café da manhã.	

1.2. O estabelecimento hoteleiro deverá estar localizado nos seguintes setores: Setor Hoteleiro Sul ou Setor Hoteleiro Norte, a fim de viabilizar a realização logística da programação.

1.3. O hotel deve ser confortável e bem localizado em relação a opções de alimentação noturna e segurança. As reservas devem prever unidades individuais, climatizadas, higienizadas, com cama de casal, mesa de trabalho e acesso à internet, com café da manhã incluso na diária.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A excelência na atuação é um dos pilares do Mapa Estratégico da Perícia Criminal da Polícia Federal, aprovado pela Portaria Nº 142/2012-DITEC/DPF de 14 de agosto de 2012, que traz entre seus objetivos estratégicos:

2.2. Entregar resultados imparciais e cientificamente embasados à justiça, trazendo com clareza a verdade real de um fato criminoso para o processo penal, com transparência e respaldo científico;

2.3. Apresentar excelência na qualidade da prova, melhorando continuamente a qualidade do Laudo Pericial, que depende de constante avaliação, acompanhamento e correção;

2.4. Utilizar métodos, normas e padrões validados ou reconhecidos mundialmente, garantindo que o mesmo resultado possa ser alcançado, a qualquer tempo e por qualquer profissional, desde que o mesmo vestígio e a mesma metodologia seja utilizada, dando maior credibilidade aos exames realizados.

2.5. Assim, a busca pelo aperfeiçoamento constante e pela excelência dos resultados apresentados nos Laudos Periciais é não apenas desejável, mas uma necessidade fundamental para o alcance da justiça, ancorada no planejamento estratégico da Polícia Federal.

2.6. Ainda no campo dos objetivos estratégicos da Perícia Criminal Federal, temos, mais especificamente, a promoção da acreditação de ensaios periciais e a implementação de sistemas de gestão da qualidade nos laboratórios periciais.

2.7. Acreditação é o reconhecimento formal por um órgão reconhecido internacionalmente de que um Organismo de Avaliação da Conformidade – OAC (que no caso da perícia criminal, é o laboratório de ensaio) atende a requisitos previamente definidos e demonstra ser competente para realizar suas atividades com confiança. A acreditação é uma ferramenta estabelecida em escala internacional para gerar confiança na atuação de organizações que executam atividades de avaliação da conformidade.

2.8. Os Laboratórios Forenses do INC, em uma iniciativa pioneira para laboratórios desta natureza no Brasil, iniciaram, em 2012 o processo de preparação para a acreditação na Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025. Esta norma é considerada um padrão internacionalmente aceito para a qualidade de exames laboratoriais e tem sido utilizada por diversos países como referência de excelência em laboratórios forenses. A preparação para a acreditação contou com uma consultoria especializada na implantação da Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025 em laboratórios forenses, devido à assinatura de um Acordo de Cooperação com a

Embaixada Norte-Americana, que arcou com todos os custos do projeto.

2.9. Como resultado deste Acordo de Cooperação, os Laboratórios de Genética e Química Forense tornaram-se aptos a pleitear a acreditação em meados de 2014. Nesta época, no entanto, o INMETRO, que é o organismo de acreditação de organismos de avaliação da conformidade reconhecido pelo governo brasileiro, ainda não fornecia o serviço de acreditação para laboratórios de natureza forense. Por este motivo, ainda com apoio financeiro da Embaixada do Estados Unidos da América, os Laboratórios Forenses do INC solicitaram a acreditação por um organismo acreditador norte-americano, o Forensic Quality Services (FQS). O FQS tornou-se, em 2016, parte da ANSI-ASQ National Accreditation Board (ANAB), que é atualmente o organismo acreditador dos Laboratórios do INC.

2.10. No entanto, os recursos provenientes do Acordo de Cooperação firmado com a Embaixada Americana cobriram apenas o primeiro ano do ciclo de 4 anos da acreditação concedida pela ANSI-ASQ National Accreditation Board (ANAB). Assim, o pagamento dos serviços de acreditação dos anos de 2015 e 2016 foi, ainda, custeado pela Embaixada Americana, a pedido da DITEC, em caráter excepcional. Destaca-se que a acreditação concedida em 2016 findará no mês de setembro de 2017.

2.11. Atualmente os Laboratórios Forenses do INC tem sua acreditação pela ANAB válida até setembro de 2017, podendo ser renovada desde que seja formalizado contrato com a Polícia Federal para continuidade do pagamento dos serviços.

2.12. Conforme informado ao Diretor Técnico-Científico pelo Coordenador Geral de Acreditação do INMETRO, este passará a acreditar laboratórios forenses na Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025 a partir de 2017, tornando-se a solução nacional para prestação do serviço de acreditação de laboratórios forenses. A Coordenação Geral de Acreditação (Cgcre) do INMETRO é o único organismo nacional de acreditação de OAC reconhecido pelo governo brasileiro.

2.13. O INMETRO é uma autarquia federal e órgão executivo central do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, com a finalidade de formular e executar a política nacional de metrologia, normalização industrial e certificação de qualidade de produtos industriais, integrando esse sistema às entidades públicas ou privadas que exerçam atividades relacionadas com metrologia, normalização industrial e certificação da qualidade de produtos industriais (Lei nº 5966/73).

2.14. A decisão tomada pela Polícia Federal/DITEC, em 2012, em aderir à acreditação dos laboratórios forenses foi de caráter voluntário. No entanto, a partir do momento que a acreditação é conquistada, para que ela seja mantida, ela se torna um serviço de natureza contínua, pois são prosseguidas por diversas outras etapas, incluindo supervisões, reavaliações, extensões da acreditação, avaliações extraordinárias, etc., todas interdependentes.

2.15. Desta forma, diante da necessidade de continuidade da Acreditação dos Laboratórios Forenses do Instituto Nacional de Criminalística e da disponibilidade do serviço pela Cgcre/INMETRO, solicita-se a contratação dos serviços desse Instituto para acreditação, inicialmente, dos Laboratórios de Genética e Química Forense do INC na Norma ABNT NBR ISO/IEC 17025.

2.16. Além da manutenção da acreditação dos Laboratórios de Química e Genética Forense do INC, almeja-se expandir a acreditação laboratorial da Polícia Federal conforme os objetivos estratégicos da Perícia Criminal da Polícia Federal.

2.17. Como parte da continuidade desse processo de manutenção da acreditação dos Laboratórios de Química e Genética Forense do INC, a visita de equipe avaliadora composta por 3 (três) especialistas em acreditação é imperiosa.

2.18. Dessa forma, é necessário a contratação de serviços de hospedagem para os avaliadores do INMETRO para o período no qual será realizado a avaliação dos Laboratórios de Química e Genética Forense do INC.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.1.1. 12 (doze) diárias no período de 26/02/2018 a 02/03/2018, sendo 3 avaliadores – 4 diárias para cada uma.

4.2. Além disso, o estabelecimento hoteleiro deverá obrigatoriamente disponibilizar:

4.2.1. Serviço de recepção aberto por 24 horas;

4.2.2. Serviços de mensageiro no período de 24 horas;

4.2.3. Serviço de cofre em 100% das UH (unidades habitacionais) para guarda dos valores dos hóspedes;

4.2.4. Área útil da UH, exceto banheiro, com 15 m² (mínimo 90%);

4.2.5. Banheiros nas UH com 3 m² (mínimo 90%);

4.2.6. Café da manhã incluso na diária;

4.2.7. Serviço de refeições leves e bebidas nas UH (room service) no período de 24 horas;

4.2.8. Quartos individuais com cama de casal;

4.2.9. Troca de roupas de cama e banho diariamente;

4.2.10. Serviço de lavanderia;

- 4.2.11. Televisão em 100% das UH;
- 4.2.12. Canais de TV por assinatura em 100% das UH;
- 4.2.13. Acesso à internet nas áreas sociais e nas UH;
- 4.2.14. Mesa de trabalho, com cadeira, iluminação própria, e ponto de energia e telefone, nas UH, possibilitando o uso de aparelhos eletrônicos pessoais;
- 4.2.15. Mini-refrigerador em todas UH;
- 4.2.16. Climatização (refrigeração/calefação) adequada em 100% das UH;
- 4.2.17. Restaurante;
- 4.2.18. Serviço de alimentação disponível para café da manhã, almoço e jantar;
- 4.2.19. Serviço à la carte no restaurante.

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 5.2. A equipe de avaliadores do INMETRO realizará entre o período de 26/02/2018 a 02/03/2018 auditoria nas instalações dos Laboratórios de Química e Genética Forense do INC, conforme processo 08200.010356/2017-63;
- 5.3. Dessa forma, é necessário prover hospedagem a equipe.

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 6.1. Os serviços deverão ser executados de uma só vez.

7. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 7.1. A execução dos serviços será iniciada 26/02/2018 e concluída em 02/03/2018.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 8.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 8.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 8.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;
- 9.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da contratação, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 9.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.7. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.8. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 9.9. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 9.10. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.11. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não

executar atividades não abrangidas pela contratação, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.12. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

9.13. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.14. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Projeto Básico;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Projeto Básico; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da contratação.

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução da contratação consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

12.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e da contratação.

12.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

12.4. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.5. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO (RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO)

13.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente em até 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do Projeto Básico e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor da contratação para recebimento definitivo.

13.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

13.3. Os serviços serão recebidos definitivamente em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado.

13.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

13.5. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor da contratação.

13.6. O gestor da contratação analisará os relatórios e toda documentação apresentada, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

13.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Projeto Básico.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 14.1.3. falhar ou fraudar na execução da contratação;
- 14.1.4. comportar-se de modo inidôneo; e
- 14.1.5. cometer fraude fiscal.

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta contratação, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

14.2.2. **Multa de:**

14.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

14.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

14.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

14.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor da contratação, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2** abaixo; e

14.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor da contratação por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão;

14.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

14.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.3. As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor da contratação
2	0,4% ao dia sobre o valor da contratação
3	0,8% ao dia sobre o valor da contratação
4	1,6% ao dia sobre o valor da contratação
5	3,2% ao dia sobre o valor da contratação

Tabela 2

INFRAÇÃO	

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução da contratação os prepostos previstos no edital/contratação;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

14.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

14.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

14.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Brasília, 01 de fevereiro de 2018.

ELVIO DIAS BOTELHO
Perito Criminal Federal
Chefe do SEPLAB/DPER/INC/DITEC/DPF

Aprovo este Projeto Básico para contratação de empresa/agência de turismo para disponibilizar serviços de hospedagem.

AMAURY ALAN MARTINS DE SOUZA JÚNIOR

Perito Criminal Federal
Diretor Técnico-Científico



Documento assinado eletronicamente por **ELVIO DIAS BOTELHO, Chefe de Serviço**, em 01/02/2018, às 12:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **AMAURY ALAN MARTINS DE SOUZA JUNIOR, Perito(a) Criminal Federal**, em 02/02/2018, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5446135** e o código CRC **4AEBE8DB**.

Referência: Processo nº 08201.000080/2018-86

SEI nº 5446135